

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.399.325 - SP (2018/0301149-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADOS : BEATRIZ QUINTANA NOVAES E OUTRO(S) - SP192051
DAYSE MARIA LEONEL RUIS CAPELARI - SP387548
AGRAVANTE : ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO
PAULO S.A
ADVOGADO : RAPHAEL JADÃO E OUTRO(S) - SP235128
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. em desafio a decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 575):

"APELAÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO REGRESSIVA. Alegação de queima de equipamentos em razão de oscilação de energia elétrica. Sub-rogação da seguradora nos direitos dos segurados, a teor do art. 786 do CC, que depende da comprovação do pagamento da indenização securitária, bem como de prova do dano e do nexo de causalidade entre este e a conduta da ré. Ausência de prova pela seguradora. Pleito de ressarcimento improvido. SENTENÇA REFORMADA. APELO DA RÉ PROVIDO. RECURSO DA AUTORA PREJUDICADO."

Em suas razões, a recorrente aponta violação dos arts. 786 e 927 do Código Civil; 1º, 6º, 14 e 22 do CDC, e 475-D e 475-E do CPC/1973.

Sustenta a incidência da legislação consumerista e, com base nisso, afirma a necessidade de inversão do ônus da prova, de modo que caberia ao fornecedor do serviço (defeituoso) a comprovação de eventual excludente de responsabilidade, a qual deveria ser objetiva.

Afirma que a pretensão da recorrente se restringia à declaração de existência de relação jurídica e que o acórdão acabou por violar *"o instituto da sub-rogação, ao negá-la por vias transversas"* (e-STJ, fl. 639).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem reformou a sentença de primeiro grau para julgar improcedente a ação de indenização ajuizada pela recorrente em desfavor da recorrida, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 576/578):

"A seguradora autora ajuizou a presente ação em face da concessionária ré, objetivando seja declarada a responsabilidade desta por aproximadamente 17.995 sinistros indenizados por aquela, em razão de oscilação na rede elétrica. Pleiteou que a liquidação da sentença se dê por arbitramento, ou, subsidiariamente, por artigos (pp. 01/11).

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido autoral, para condenar a ré a ressarcir à autora os danos materiais efetivamente ressarcidos aos segurados, em razão de ocorrências ligadas ao fornecimento de energia elétrica, no período de 3 anos que antecederam a data do ajuizamento da ação.

2. Resguardado o entendimento do D. Magistrado de primeiro grau, o pedido é improcedente.

3. Dispõe o artigo 786 do Código Civil que "paga a indenização, o segurador sub-roga-se, nos limites do valor respectivo, nos direitos e ações que competirem ao segurado contra o autor do dano".

Na lição de Hamid Charaf Bdine Jr., "ao ser efetuada a sub-rogação, no entanto, o novo credor pode exercer em relação ao devedor tudo o que o primeiro credor dispunha contra ele. Desse modo, se o consumidor tem os privilégios da hipossuficiência que lhe reconhece o CDC, caso obtenha ressarcimento em virtude do seguro que contratou, a seguradora poderá invocar o tratamento benéfico conferido pelas normas consumeristas ao segurado e deduzi-las em face do causador do dano".

[...] Assim, é fundamental para o exercício do direito de regresso previsto no dispositivo citado que seja demonstrado o pagamento da indenização, além da prova do dano e do nexo de causalidade, observada a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

No caso presente, contudo, não houve a produção destas provas, já que os documentos juntados com a inicial e a réplica são insuficientes para demonstrar a ocorrência de 17.955 sinistros, o que seria mesmo inviável diante do prejuízo da defesa da ré.

É certo que o artigo 113, III, faculta o litisconsórcio quando ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito;

entretanto, o §1º permite ao magistrado a limitação do litisconsórcio facultativo quando este dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

Evidente que, no caso presente, seria extremamente dificultoso o cumprimento de sentença e mesmo a defesa da ré na fase de

conhecimento, diante da pretensão de restituição de 17.955 indenizações de sinistros.

Deste modo, é de rigor o acolhimento do apelo da ré, para que o pedido de ressarcimento seja julgado improcedente, prejudicado o recurso da autora, visto que este discute o período da condenação, ora afastada, além da incidência de correção monetária e o valor das verbas de sucumbência, que serão redistribuídas no item seguinte."

Ao ser instado a se manifestar, por meio de embargos de declaração, destacou aquela Corte o seguinte (e-STJ, fl. 595):

"[...] o julgado consignou expressamente que é essencial para o direito de regresso, previsto no artigo 786 do Código Civil, que haja nos autos prova do pagamento da indenização aos segurados, além da prova do dano e do nexo de causalidade, sendo que os documentos juntados pela autora são insuficientes para demonstrar a ocorrência de 17.955. Assim, evidente que não há que se falar em provimento jurisdicional concernente à declaração de relação jurídica, visto que não preenchidos os requisitos para aferir a sub-rogação no caso concreto. Diante de tal quadro, verifica-se também que o acórdão foi devidamente fundamentado."

Como se observa, o acórdão impugnado, ao examinar o quadro fático e as provas produzidas, concluiu que não houve a comprovação do pagamento da indenização aos segurados pela seguradora, bem como inexistente a prova do dano e do nexo de causalidade. Por isso, concluiu pela improcedência da ação regressiva indenizatória ajuizada pela seguradora.

De início, impõe-se assinalar que nos contratos de seguro, o segurador, ao pagar a indenização decorrente do sinistro, sub-roga-se nos direitos e nas ações do segurado contra o causador do dano, nos limites do valor respectivo, consoante dispõe o art. 786, *caput*, do CC/2002, o qual se opera independentemente da vontade da vítima (sub-rogação legal) ou do terceiro responsável pelo dano.

Logo, se existente relação de consumo, como se deu no caso, a seguradora também gozará das mesmas prerrogativas inerentes a essa relação, a qual não prescinde da comprovação dos pressupostos da responsabilidade civil objetiva (ocorrência do fato, prejuízo e nexo de causalidade entre a ação e o dano). Nesse particular, verifica-se que o

acórdão consignou que não houve a comprovação do pagamento, tampouco do dano e do nexo de causalidade.

A ação regressiva de ressarcimento pressupõe, no ato de ajuizamento da demanda, que haja a comprovação do pagamento da indenização ao segurado pela seguradora, resultante do dano sofrido. Isso significa que a inexistência de documento necessário à propositura da ação poderia ensejar apenas a inépcia da inicial, desde que oportunizada a sua emenda.

Entretanto, o Tribunal de origem foi além, ao afirmar que não houve a comprovação do dano, isto é, do fato constitutivo do direito vindicado pelo recorrente, circunstância esta que, de per si, justifica a improcedência do pedido, tal como assinalou o acórdão. Nem se diga que o julgamento antecipado da lide em primeiro grau, favorável ao recorrente, impediria o julgamento de improcedência da ação, por falta de provas, em grau de apelação, porquanto a comprovação do dano, no caso, somente seria possível por meio documental.

Segundo a orientação desta Corte, *"rever o entendimento do tribunal de origem, de modo a averiguar a ausência de nexo de causalidade e de comprovação do fato constitutivo do direito, demandaria reexame de provas, providência vedada em recurso especial devido ao disposto na Súmula nº 7/STJ"* (AgInt no AREsp 1.343.263/MA, Rel. Ministro Ricardo Villas Boas Cueva, DJe de 25/3/2019).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator